

Comissão investigará venda de diplomas

CEDOC/FRANCISCO STUCKERT/20.10.2005

ANNA KAROLINA BEZERRA

A Comissão de Sindicância instalada pela Secretaria de Educação para apurar o suposto envolvimento de duas diretoras do Centro de Ensino Especial (CIEE), na Asa Sul, no esquema de venda de diplomas vai investigar todas as denúncias referentes à venda desses documentos no DF.

A decisão foi anunciada pelo chefe de Gabinete da Secretaria, Corinto Miranda Júnior, após nova denúncia publicada com exclusividade pelo **Jornal de Brasília** na edição de domingo. Antes, a comissão trabalhava só em cima das denúncias de funcionárias do CIEE contra as diretoras.

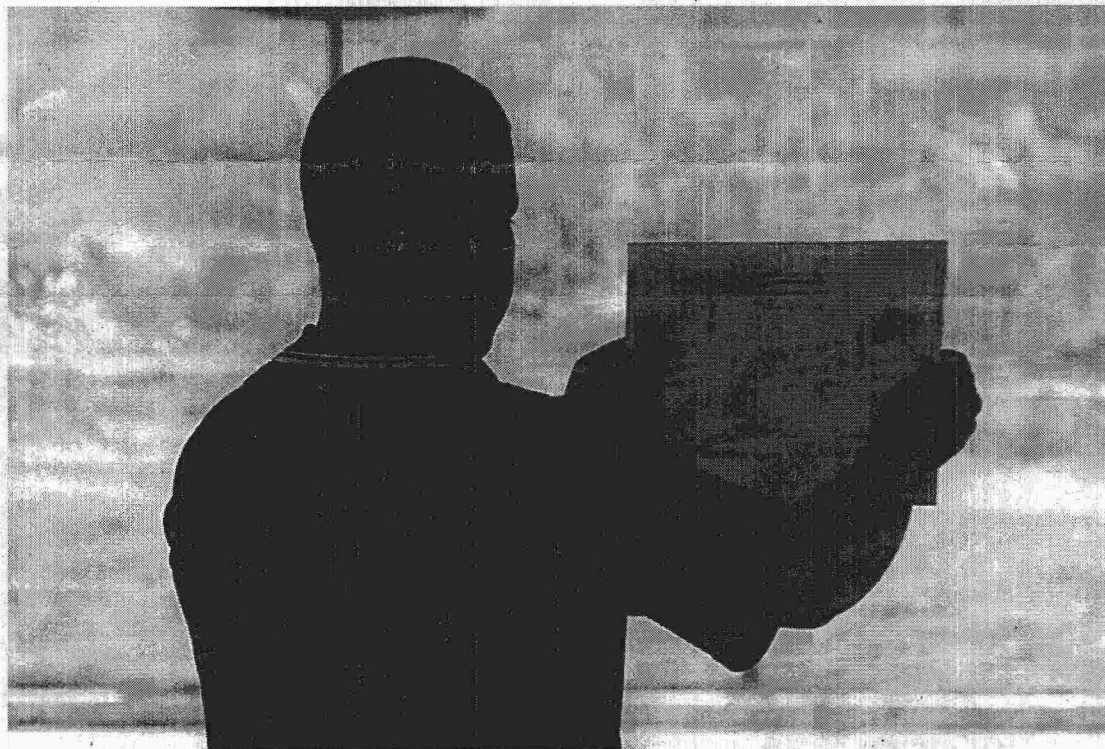
A reportagem mostra que a Delegacia de Defraudações (DEF), no curso do inquérito instaurado após a prisão do "vendedor" de diplomas Maurício Alves Moreira, 30 anos, no dia 19 de outubro, encontrou fortes indícios que ligariam uma das diretoras ao esquema, que já forjou mais de dois mil diplomas no Distrito

Federal. Na agenda telefônica dos celulares apreendidos com Maurício há números do CIEE e um celular que pode ser o da funcionária, cujo nome vem sendo mantido em sigilo pela delegacia para não atrapalhar as investigações.

APURAÇÃO - O chefe de Gabinete da Secretaria de Educação afirmou que a prioridade do órgão é apurar qualquer indício de envolvimento de servidores com a venda de diplomas, principalmente do Ensino Médio.

"Agora, todas as denúncias que aparecerem sobre venda de diplomas falsos serão acompanhadas criteriosamente pela comissão, tanto na polícia quanto na CPI da Educação da Câmara Legislativa. A prioridade é concluir se há ou não a participação das diretoras ou de outros servidores da secretaria", ressaltou.

Apesar de garantir que os trabalhos estão a todo o vapor, Corinto não quis dar detalhes sobre as apurações. "A comissão é soberana e só pode



Esquema de venda de diplomas falsos já forjou mais de dois mil certificados no Distrito Federal

emitir qualquer juízo no fim de seus trabalhos. Antes, nenhum detalhe pode ser divulgado, até para não atrapalhar as investigações", disse.

De acordo com Corinto Miranda, a Comissão de Sin-

dicância, formada por três integrantes e uma secretária, tem 30 dias para apresentar um relatório com as conclusões das investigações internas. "Mas esse prazo, se necessário, pode ser estendido

por igual período. Como a determinação da secretária Vandercy de Camargos é que se conclua a comissão no menor espaço de tempo, acredito que até o fim deste mês já tenhamos o relatório", contou.